

A DIMENSÃO EDUCATIVA DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS

Rebeca Nobre Gonzalez Fernandez ¹
Monica Aparecida Del Rio Benevenuto ²

Resumo

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) surge como uma ferramenta na promoção de políticas públicas que visam não apenas a proteção social, mas também a educação e autonomia das famílias. Fruto da dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, este trabalho tem como objetivo apresentar e refletir sobre o caráter pedagógico das metodologias participativas com os profissionais atuantes do PAEFI, especificamente o trabalho social em grupo, previsto no acompanhamento familiar. Através de uma pesquisa ação participante, discutimos a importância dessas metodologias para o acompanhamento familiar, na perspectiva de interação e aproximação com os usuários. Apesar dos avanços, o SUAS enfrenta diversos desafios, incluindo a insuficiência de recursos e a necessidade de educação permanente, com intuito de capacitação, escuta e reflexão dos trabalhadores do SUAS.

Palavras-chave: Metodologias participativas. Política de Assistência Social. Função educativa.

Abstract

The Unified Social Assistance System (SUAS) emerges as a tool in promoting public policies that aim not only at social protection, but also at education and family autonomy. Fruit of the master's thesis by the Postgraduate Program in Agricultural Education, one of the objectives of this work was to present and reflect on the pedagogical nature of participatory methodologies with professionals working at PAEFI, specifically group social work, foreseen in family support. Through participatory action research, we discussed the importance of these methodologies for family monitoring, from the perspective of interaction and rapprochement with users. Despite advances, SUAS faces several challenges, including insufficient resources and the need for ongoing education, with the aim of training, listening and reflecting on SUAS workers.

Keywords: Participatory methodologies. Social Assistance Policy. Educational function.

INTRODUÇÃO

Pensar em acompanhamento familiar requer um olhar atento a diversas situações que implicam para que essa intervenção se dê de forma efetiva e satisfatória. É reconhecido que, independentemente do arranjo familiar, seja nuclear, monoparental, extensa, homoafetiva, mosaico ou até unipessoal, o fortalecimento desse núcleo resulta em manifestações favoráveis e uma redução das ocorrências de violações que atingem os membros familiares tanto em caráter de gênero quanto de gerações: crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Segundo Weiss (2004, p. 23) “aspectos emocionais estariam ligados ao desenvolvimento afetivo e sua relação com a construção do conhecimento”.

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - PPGEA/UFRRJ, Seropédica, RJ, Brasil, becangf@yahoo.com.br. ORCID 0009-0003-7907-9072

²Professora Dra. da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Seropédica, RJ, Brasil, monicadelrio@ufrj.br. ORCID 0000-0003-2424-4897

Quando pensamos em fortalecer a função protetiva das famílias, nos deparamos com um dos objetivos pactuados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que através da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), preconiza a matricialidade sociofamiliar, que tem como objetivo a centralidade na família (Brasil, 2004).

O termo cunhado para exprimir a importância da família no contexto da política de assistência social perpassa também por fragilidades, pois apesar do seu reconhecimento e merecimento enquanto proteção do Estado, essa mesma proteção tem se mostrado na verdade desproteção, a partir de processos de penalização e “condicionadas às transformações societárias contemporâneas, ou seja, às transformações econômicas e sociais, de hábitos e costumes” (Brasil, 2004, p. 41).

Refletir sobre a matricialidade sociofamiliar na perspectiva de ação e trabalho na política de assistência é reconhecer como menciona a PNAS (2004) que:

as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primária, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. Essa correta percepção é condizente com a tradução da família na condição de sujeito de direitos, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica de Assistência Social e o Estatuto do Idoso (Brasil, 2004, p. 41).

Diante do exposto, este trabalho fruto da dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEA/UFRRJ), busca refletir sobre a contribuição pedagógica das metodologias participativas com os profissionais atuantes do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), do Município de Paracambi – RJ, no seu principal serviço, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Este estudo reforça a importância do SUAS na integração dos serviços oferecidos pelo PAEFI, como fundamentais para a prevenção e manutenção dos vínculos familiares, uma vez que se baseia na centralidade familiar.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Refletindo sobre a dimensão educativa do Sistema Único de Assistência Social

Configurada como um dos primeiros grupos de socialização do ser humano, a família, na perspectiva de relação de cuidado e afetividade, também pode estar atrelada à relação de conflitos e negligências. Revertendo esse lugar de proteção para um lugar de desproteção, considerando não imaginá-la como uma “ilha de virtudes e consensos” (Pereira, 2008, p. 36). Ainda de acordo com a autora, toda instituição social possui interações fortes e frágeis, não deixando de lado seu potencial enquanto lugar de compartilhamento, de solidariedade, de significados e

ensinamentos que perpetuam por toda vida, porém de igual modo frágil, devido à ocorrência de violências, abandonos e rupturas.

O trabalho da política de assistência social no contexto de situações de fragilidades de vínculos familiares, vulnerabilidades, situação de risco e violações de direito, repercute com a intenção de incluir seus usuários nas proteções sociais, compreendidas como proteção social básica e proteção social especial, dividida em média e alta complexibilidade. Ao que se atenta o trabalho das proteções sociais, considera-se que “a segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio é uma das necessidades a ser preenchida pela política de assistência social” (Brasil, 2004, p. 32).

A PNAS estabelece através das proteções sociais básica e especial seus princípios, diretrizes e objetivos com intuito de uma proteção social que garanta, “segurança de sobrevivência (de rendimentos e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar” (Brasil, 2004, p. 31). Ao que preconiza o SUAS como dever do Estado, relaciona-se as seguintes diretrizes:

Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo; IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (PNAS, 2004, p. 32-33).

No aparato do SUAS, vinculado as proteções sociais encontramos seus principais serviços destinados ao acompanhamento dos usuários vinculados às respectivas proteções sociais. Nesse sentido, a PNAS, vincula os serviços no âmbito do PAIF, destinado ao trabalho da proteção social básica, e o PAEFI, de referência da proteção social especial de média complexibilidade. Ao que se atenta os respectivos serviços, como base das proteções sociais, são ofertados exclusivamente nos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). Segundo a Tipificação Nacional de Serviço Socioassistencial.

O SUAS configura-se como o novo reordenamento da política de assistência social na perspectiva de promover maior efetividade de suas ações, aumentando sua cobertura. Neste sentido, a política de assistência social é organizada por tipo de proteção - básica e especial, conforme a natureza da proteção social e por níveis de complexidade do atendimento. No SUAS os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social são reorganizados por níveis de proteção, em Proteção Social Básica (voltada à prevenção de situações de riscos pessoal e social, fortalecendo a potencialidade das famílias e dos indivíduos) e Proteção Social Especial (voltada à proteção de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social), tendo por base o território, de acordo com sua complexidade, respeitada a diversidade regional e local. (Brasil, 2009, p. 3)

Na concepção das proteções e seus respectivos serviços, nos debruçamos na ótica do acompanhamento familiar, previsto com o intuito de superação da realidade vivenciada pelo usuário na qual o levou a ser acompanhado. Em relação aos acompanhamentos familiares,

segundo o documento técnico “Acompanhamento Familiar na Política de Assistência Social: Uma proposta de metodologia para o Estado do Rio de Janeiro” (2011, p. 25):

é obrigatório às equipes técnicas dos CRAS e CREAS, no processo de acompanhamento familiar, desenvolver, no mínimo, entrevistas, reuniões de grupos socioeducativos e de reflexão, reuniões temáticas com famílias, visitas domiciliares e busca ativa para identificar situações de vulnerabilidade e risco social.

No arcabouço previsto no acompanhamento familiar, nos dedicamos em especial ao trabalho social em grupo, pois compreendemos ser uma ferramenta de aproximação com os usuários, a partir da sua utilização com o intuito de um trabalho social participativo, coletivo, com a circulação da palavra como fio condutor desse processo interventivo. Pensando na proposta de acompanhamento familiar e o trabalho social em grupo, percebemos sua aproximação com as propostas metodológicas de Paulo Freire, com o intuito de refletir e oportunizar mudanças de paradigmas, mais próximo possível da realidade dos usuários.

De acordo com o documento técnico “Acompanhamento Familiar na Política de Assistência Social” (2011) a introdução de instrumentos de aporte teórico metodológico nesses serviços, embasados no método dialético de leitura da realidade, referenciam-se teoricamente ao pensamento freiriano.

Embora fortemente associado à educação, Paulo Freire consagrou-se como um importante teórico brasileiro que apresentou uma leitura de mundo baseada na perspectiva materialista histórico-dialética e contribuiu com uma concepção ampliada e crítica da ação pedagógica, apresentando em seu método, alternativas de trabalho social orientado para a transformação da realidade, a partir da vivência e dos saberes populares. Entendemos suas obras como uma referência fundamental para o desenvolvimento de um trabalho social horizontalizado, que reconheça as famílias como sujeitos históricos e transformadores (Rio de Janeiro, 2011, p. 11).

O referido documento ainda menciona a importância de o trabalho social estar associado a um referencial metodológico, independente que seu executor não tenha consciência disso (Rio de Janeiro, 2011). A esse respeito, Paulo Freire nos traz a reflexão sobre a base referencial ser consciente ou não, ao mencionar que:

é uma ingenuidade pensar que exista um conjunto de métodos e técnicas neutras para uma ação que se dá entre homens, em uma sociedade que não é neutra. Isto só seria possível se o trabalhador social não fosse um homem submetido, como os demais, aos mesmos condicionamentos da estrutura social, que exige dele, como de todos uma opção frente às contradições constitutivas da estrutura (Freire, 1980, p. 49 – 50).

Seguindo a proposta do acompanhamento familiar baseado no trabalho reflexivo com grupos, podemos estreitar tal instrumento técnico-operativo com a proposta das metodologias participativas, na tentativa de expressar e fortalecer a dimensão educativa no SUAS, com o propósito de “[...] superar o predomínio do agir tutelar no atendimento das famílias; a extrema valorização da racionalidade técnico-instrumental, e não da razão comunicativa; e a ênfase no controle, e não na emancipação” (Brasil, 2012, p. 103).

Para tal, utilizamos as rodas de conversa com os profissionais atuantes no PAEFI³, como instrumento de metodologia participativa, de forma que os profissionais pudessem se aprimorar com essa ferramenta e se sentirem familiarizados ao método para uma futura intervenção com os usuários, pois como menciona Souza (2007, p. 150) a roda de conversa representa:

[...] a quebra das hierarquias cristalizadas; a busca de relações mais humanas marcadas pela abertura para o diálogo, negação ao currículo imposto. Além disso, a roda exige uma postura participativa de seus integrantes, nessa disposição os indivíduos fazem parte de uma coletividade em que todos estão no mesmo nível de evidência e todos os atos individuais ganham relevância para o grupo.

No contexto das rodas de conversa não podemos deixar de mencionar a questão da oralidade como condutora desse processo de troca e partilha. Nesse direcionamento, Freire (1987, p. 166), diz que “o diálogo não impõe, não maneja, não domestica, não sloganiza”.

Na mesma direção de pensamento, Campos e Rosa (2020, p. 252) abordam sobre a circulação da palavra entendendo que para essa ação coexistam outras ações como, falar e escutar. De acordo com as autoras: “Se apenas uma pessoa fala, não é conversa, mas sim palestra. Portanto, uma conversa exige que as pessoas que nela estão envolvidas ora falem, ora escutem, de modo que a palavra circule”.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com caráter de pesquisa ação participante, foram realizadas três intervenções na intenção de levar para os profissionais o trabalho social em grupo como um dos instrumentos técnicos operativos no acompanhamento familiar no âmbito do PAEFI, utilizando a roda de conversa como metodologia participativa desses encontros, com a perspectiva de atuação mútua entre profissionais e usuários. Buscamos ampliar com os profissionais o contexto da participação ativa, na perspectiva de interagir e trazer o usuário para o centro do debate entendendo a roda de conversa como “uma forma de se trabalhar incentivando a participação e a reflexão”, como abordam Afonso e Abade (2008, p. 19).

No primeiro encontro realizamos uma dinâmica demonstrando alguns recursos didáticos a serem utilizados, partindo do pressuposto que o encontro já havia sido programado pela equipe com um tema específico referente ao “Agosto Lilás”⁴. Nessa perspectiva nossa intervenção foi de caráter demonstrativo levando alguns materiais visuais e interagindo com o grupo, demonstrando esse recurso e a proposta de utilização por parte dos profissionais. O segundo e terceiro

³ As rodas de conversa foram realizadas na sede do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do Município de Paracambi/RJ. Com os profissionais técnicos de nível superior assistente social e psicóloga e com os orientadores sociais.

⁴ Mês de conscientização pelo fim da violência contra a mulher, com o objetivo de dar visibilidade e ampliar conhecimento sobre o tema.

encontros, idealizados a partir das intervenções de pesquisa, tiveram o intuito de focar nas ações do PAEFI, especificamente no acompanhamento familiar. Tivemos a oportunidade de ouvir e discutir a cerca dos objetivos e intencionalidade do PAEFI, e até mesmo em um âmbito geral da própria política de assistência social. Realizamos também no decorrer dos encontros algumas dinâmicas com o objetivo de conhecer a realidade dos profissionais referente ao tema tratado, bem como, demonstrar que essas dinâmicas podem ser executadas com os próprios usuários.

RESULTADOS E ANÁLISES

A partir dos encontros com as rodas de conversas, tivemos a compreensão da fragilidade de que a política de assistência social ainda enfrenta, pois pudemos perceber que a compreensão da própria política por parte dos profissionais ainda é limitada, assim como, a concepção do PAEFI, seus objetivos e operacionalização.

Uma questão a ser mencionada e que acarreta diretamente sobre o acompanhamento familiar é a referência desses profissionais no serviço, suas jornadas de trabalho, o tipo de vínculo empregatício. Aspectos relacionados ao tempo de atuação e experiência, por exemplo, tornam-se importantes para compreendermos demais prismas em relação ao serviço, pois sabemos da proeminência que os profissionais possuem, “ao mesmo tempo em que presenciemos processos de intensificação e precarização do trabalho à semelhança do que atinge atualmente o conjunto da classe trabalhadora” (Brasil, 2011, p. 40).

A importância da interdisciplinaridade no âmbito de atuação dos profissionais fundamenta-se como ponto importante também em relação à proposta de acompanhamento no serviço. Segundo a Resolução CIB N° 12 de 26/04/2011, menciona que os profissionais de referência “devem ser interdisciplinares, compostas obrigatoriamente por assistentes sociais, psicólogos e advogados, no caso do PAEFI” (Rio de Janeiro, 2011, p. 25). Porém, diante das referências, atribuições e perfil dos profissionais que contemplam o organograma do CREAS, é importante ressaltar que para além desses profissionais, a NOB-SUAS/RH (2006), prevê outros profissionais na categoria de técnico de nível superior, “os CREAS podem contar, em sua equipe, com outros profissionais de nível superior, em observância à Resolução do CNAS N° 17/2011, [...] devem ser definidos com base na especificidade dos serviços ofertados pela Unidade” (Brasil, 2011, p. 93). Nesse sentido, a Resolução n° 17 de 20 de junho de 2011, menciona os seguintes profissionais como também atuantes no SUAS: “Assistente Social, Pedagogo, Advogado, Administrador, Antropólogo, Contador, Economista, Economista Doméstico, Pedagogo, Sociólogo, Terapeuta ocupacional” (Brasil, 2011, p.2) e traduz a amplitude e especificidades que abrange o fazer profissional no âmbito do SUAS. Dessa maneira, a relevância de expor para os profissio-

nais o entendimento a cerca do serviço, o entendimento do que é uma equipe interdisciplinar, é necessária para que não haja rupturas dentro da própria equipe, na qual uns se sintam sobrecarregados e com maiores referências em relação às demandas e até mesmo com os próprios usuários, em detrimento de outros.

Ressaltamos a importância da Política Nacional de Educação Permanente no SUAS (PNEP/SUAS) no intuito de dialogar com a realidade vivenciada pelos profissionais e as diversas demandas juntamente aos usuários, pois conforme o Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (2011, p.104) menciona que “a educação permanente na Assistência Social não se caracteriza como uma ação esporádica ou pontual, mas constitui-se, fundamentalmente, em um processo contínuo de formação e qualificação profissional da equipe do CREAS”, porém na prática percebemos que essa orientação não acontece.

Segundo a Política Nacional de Educação Permanente no SUAS, tal política tem como proposta:

corroborar com a profissionalização do SUAS, que requer dos seus gestores, trabalhadores e conselheiros novos conhecimentos, habilidades e atitudes frente às necessidades da provisão dos serviços e benefícios socioassistenciais mais qualificada e comprometida com um projeto emancipatório de sociedade. Para tanto, contempla duas dimensões: 1) a dimensão do trabalho, que reconhece os processos de trabalho que vão dar a concretude ao ideário da própria política; e 2) a dimensão pedagógica que busca processos continuados de capacitação e formação, que impactam na carreira dos trabalhadores (Brasil, 2013, p. 7).

Vale enfatizar que a realização das rodas de conversa contribuiu para a reflexão sobre o PAEFI, e auxiliá-los para uma prática mais coletiva. Articulado ao que Freire (2007) menciona em relação aos círculos de cultura, também podemos incluir as rodas de conversa, uma vez que são espaços que proporcionam a reflexão diante o processo de vivências cotidianas, auxiliam na problematização, através do mecanismo fala/escuta em que só terá validade a partir do fazer coletivo, no qual “o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação” (Freire, 2007, p. 76). Nos aproximando do olhar sensível de Freire, também compreendemos a educação como ato político, de resistência e de mudança da realidade que podem incentivar o protagonismo às classes menos favorecidas. Uma educação libertadora que considera as inquietudes dos grupos levando à reflexão diante de situações impostas na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No teor do que se objetiva esse trabalho, abordar a dimensão educativa no SUAS na perspectiva do acompanhamento familiar, é reconhecer que essa dimensão está intrinsecamente nos fazeres desse serviço, pois o trabalho que se almeja no PAEFI, é um trabalho edu-

cativo, formativo, interdisciplinar. É um ato educativo pautado na troca, no entender que “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.” (Freire, p. 79, 1987).

Observamos a potencialidade que as metodologias participativas, especificamente as rodas de conversa, possuem na construção de vínculos, de reconhecer as fragilidades e potencialidades dentro do grupo, pois ao aplicarmos com os profissionais, os mesmos sentiram-se abertos para relatarem o que os incomodava, para falar da sobrecarga de trabalho, do momento que estavam ali participando, porém, preocupados com as demandas que ainda tinham para realizar, do que já haviam planejado, mas não foram atendidos, e até mesmo em reconhecer a obrigatoriedade do acompanhamento e suas propostas, porém, na prática ser realizado conforme a demanda exige.

Para isso, não podemos deixar de reforçar a Política Nacional de Educação Permanente no SUAS, como um avanço para a política de assistência, mas ainda pouco explorada e potencializada. A urgência da PNEP/SUAS ser abarcada na política de assistência social municipal, como processo educativo coletivo, com vista a dar voz e potencializar aqueles que estão “com pé no chão” do SUAS.

Os resultados deste estudo destacam a urgência de ações voltadas para a capacitação e sensibilização dos profissionais que atuam no âmbito do PAEFI, bem como para o fortalecimento das estruturas e recursos disponíveis para sua execução. Ademais, a importância de estratégias que promovam o trabalho em grupo e a troca de experiências como meio de potencializar o impacto e a eficácia das intervenções realizadas no contexto do serviço.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Lúcia Miranda; ABADE, Flávia Lemos. **Para reinventar as Rodas**. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM), 2008.

BRASIL. **Orientações Técnicas sobre o PAIF- Volume 2**. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Brasília: MDS/SNAS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília/DF, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília/DF, 2004.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília/DF, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS/** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013.

BRASIL. **Resolução nº 17 de 20 de junho de 2011**. Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Disponível em: <https://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-17-de-20-de-junho-de-2011/>. Acesso em: 05 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

CAMPOS, Aline; ROSA, Camila Simões. **Rodas de conversas em prisões**. Revista Temas em Educação, [S. l.], v. 29, n. 2, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2020v29n2.52394. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/52394>. Acesso em: 29 jul. 2024.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. Ed, São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar**. In: SALES, M. A. et al (Orgs.). Política Social, Família e Juventude. São Paulo: Cortez, 2008. p. 25-42.

RIO DE JANEIRO. **Acompanhamento Familiar na Política de Assistência Social. Uma Proposta de Metodologia para o Estado do Rio de Janeiro**, publicação da Secretaria de Estado de Assistência Social, Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, Eduardo Conegundes. **Roda de Samba: espaço da memória, educação não-formal e sociabilidade.** 2007. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

WEISS, Maria Lúcia Lemme. **Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem.** 10^a edição. Rio de Janeiro: editora DP&A, 2004.